

HISTÓRIA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA: Dimensões Internacionais

KENNETH MAXWELL

Professor da Universidade de Columbia - Nova Iorque. Brazilianista inglês

Resumo: *O autor coloca duas perguntas que, segundo ele, são freqüentemente feitas, mas que ainda não foram respondidas: por que foi em Minas Gerais, e não em outra província, que se esboçou a mais bem articulada resistência ao sistema colonial? Por que, se a Inconfidência Mineira foi um desafio tão importante ao sistema colonial, despertou tão pouca atenção por parte das potências estrangeiras, algumas das quais conheciam o movimento? O artigo responde a essas questões, apresentando as justificativas que encontra para os dois fatos.*

Gostaria, inicialmente, de propor duas questões: a primeira é uma pergunta fundamental, quase sempre feita e quase nunca investigada. E essa pergunta é, simplesmente, por que foi somente em Minas Gerais, em toda a América portuguesa e espanhola, que se viu, durante os últimos anos da década de 1780, a mais bem articulada resistência ao sistema colonial? É uma pergunta que pode parecer óbvia em Vila Rica do Ouro Preto, onde a Inconfidência é bem conhecida, bem reconhecida pela sua importância histórica e lembrada pelo seu lugar na História brasileira. Mas essa não é a opinião de todos os historiadores. No mais recente repositório de erudição convencional, o *Cambridge History of Latin America*, por exemplo, o historiador americano do Brasil, Dauril Alden, critica-me explicitamente por exagerar a importância da Inconfidência Mineira; e eu digo francamente que essa também é, provavelmente, a opinião dos colegas de Alden. Mas eu acho

* Palestra proferida durante o Seminário "Tiradentes: Mito, Cultura, História", realizado em Ouro Preto, de 11 a 14 de agosto de 1992.

que eles estão errados. Principalmente, porque penso que não fazem a mesma pergunta que eu quero propor esta manhã - que olhando comparativamente através do espectro da América espanhola e lusa da época, a Inconfidência Mineira foi o único movimento anticolonial que explicitamente duvidou da relação colonial e adotou um projeto claramente republicano e nacionalista. Nenhuma das revoltas e conspirações contemporâneas na América espanhola, por exemplo, fizeram isso. É, portanto, historicamente, muito importante saber por que Minas, por que 1789.

A segunda pergunta que quero apresentar é um contraponto à primeira: por que, se a Inconfidência constituiu um tão importante desafio ao sistema colonial, a reação ultramarina foi tão amortecida? Sabemos que alguns poderes estrangeiros, os Estados Unidos e, talvez, a Inglaterra e a França, sabiam da Inconfidência, e os Estados Unidos foram contactados pelo próprio Thomas Jefferson antes da planejada revolta contra Portugal. É verdade que as autoridades portuguesas fizeram todo o possível para esconder a proporção da Inconfidência e mesmo a sua existência, no período de 1789 a 1792. Mas também é verdade que a morte de Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi pública, deliberadamente exemplar e não foi escondida do público brasileiro ou estrangeiro.

Assim, há outro assunto histórico importante que necessita de uma resposta: por que a reação estrangeira à Inconfidência Mineira foi tão amortecida? Por que e que poderes estrangeiros, que poderiam ter interesses próprios na derrota do domínio português na América, estavam aparentemente desinteressados no problema que a conspiração mineira apresentava ao sistema colonial português?

Iniciarei com a questão fundamental: por que Minas?

Começaremos com as peculiaridades do sistema administrativo mineiro da época. Sabemos, por exemplo, que homens da colônia, eminentes por suas riquezas e posições na sociedade, participavam do estabelecimento militar-administrativo. É verdade que a autoridade colonial, em nível local, sempre se apoiara, obviamente, em um acordo de tolerância mútua entre os poderosos da zona e a administração real. Um Estado do século XVIII, entretanto, embora formalmente autocrático, contava em última instância com limitados poderes de coerção. O sistema português no Brasil, particularmente depois da reforma pombalina da década de 1760, reconhecendo e oficializando esse *status quo* e carente de burocratas honestos e eficientes, assumia riscos consideráveis ao trazer as oligarquias locais para tão perto da estrutura governamental. Na imensidão brasileira, o poder e a riqueza não eram contidos pelas restrições mais sutis de uma sociedade tradicional européia. Medidas que pareciam lógicas em um país pequeno como Portugal,

onde a autoridade do monarca sempre estava próxima, e as benesses ou o descontentamento do governo central podiam se fazer sentir mais rápida e efetivamente, produziam na colônia efeitos completamente opostos aos pretendidos. Supervisionar e conter as atividades dos interesses privilegiados estabelecidos em Lisboa era bem diferente de controlar os dos colaboradores coloniais admitidos no esquema administrativo-militar do Brasil. Na América Portuguesa, os postulantes à posição de agentes da autoridade real não eram, comumente, distinguíveis dos da oligarquia brasileira, e o Estado, em vez de moldar os colaboradores escolhidos ao seu interesse, era, ao contrário, submetido às ambições pessoais e aos interesses dos homens que participavam dos órgãos do governo.

Com os paradoxais resultados práticos de tantas reformas de Pombal, as nomeações de funcionários administrativos, de fiscais, magistrados e militares nascidos na colônia muitas vezes apenas estimularam as disputas e aborrecimentos que pretendiam minorar. Colocar a responsabilidade de arrematação dos contratos vitais, por exemplo, nas mãos de um órgão constituído no local, como a Junta da Fazenda de Vila Rica, sujeito às influências e pressões locais, era exagerar as desvantagens do sistema dos contratos, cujas únicas justificativas eram proporcionar à coroa receita imediata e livrá-la de despesas administrativas. Nem com uma exuberância de imaginação ver-se-ia tal resultado em Minas: o poder colonial não teve qualquer vantagem, embora os contratantes fossem tão violentos e eficazes na arrecadação de suas receitas, quanto a Junta da Fazenda negligente em pressioná-los a pagarem os preços contratados em atraso. O sistema serviu para colocar grande poder nas mãos de ricos manipuladores, como Rodrigues de Macedo e Silvério dos Reis, mas os deixou, também, perigosa e enormemente endividados, ao menos em teoria, com o tesouro real.

Havia algo de sólido no raciocínio do governo português nessa política colonial, e é importante reconhecer esse dado. A heróica tradição brasileira de antagonismo às invasões estrangeiras nunca era esquecida por Pombal. A luta de Pernambuco e da Bahia contra os holandeses, no século XVII, e as reações contra os franceses no Rio de Janeiro, por exemplo, eram citadas seguidamente em sua correspondência diplomática, oficial e privada. Precisamente tais exemplos eram usados para justificar a ampla base local das instituições militares da colônia, com a criação de numerosos regimentos de reserva (auxiliares) sob o controle dos magnatas locais. A histórica participação e mobilização dos brasileiros em sua defesa própria também era gratuitamente apontada aos ingleses, cujo governo enfrentava e revolta de seus colonos na América do Norte. O Marquês de Pombal observou, em novembro de 1775, que as táticas dos anglo-americanos eram idênticas às

dos pernambucanos:

"os habitantes da América inglesa estão actualmente copiando e seguindo o mesmo idêntico plano com que os bons vassallos portugueses de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos se propozeram lançar, como lançaram, fora d'aquellas duas uteis capitánias os usurpadores holandezes."

Os exércitos de Jorge III, na opinião de Pombal, jamais derrotariam os rebeldes. Mas a lógica da política colonial de Pombal foi esquecida pelos seus sucessores.

Por uma formidável combinação de circunstâncias, o crescente conflito aberto no interior do esquema imperial português na década de 1780 coincidiria com o desmoronamento do sistema mercantilista da potência colonial européia mais poderosa - um exemplo bem conhecido pelos conspiradores mineiros.

O esquema administrativo-militar imposto ao Brasil, depois da Paz de Paris, pelo governo pombalino, também tinha sido forjado sob a pressão de ameaças externas à integridade territorial da colônia. Com a atenção das autoridades portuguesas fixada na defesa das fronteiras e no seu traçado, as novas instituições ficavam em estado de *stress*. O custo das expedições ao Sul pesava seriamente sobre o tesouro do vice-reinado e o de São Paulo. Em ambos os casos, as despesas superavam as receitas. Durante os últimos anos da década de 1770, no regime de ajuda recíproca de capitania a capitania, tropas de Minas Gerais foram enviadas para o Sul e para o Rio, e as despesas militares da Junta da Fazenda de Minas alcançaram nível nunca visto. A receita da Capitania era escassamente suficiente para atender as listas civis, militares e eclesiásticas, e os compromissos assumidos para suprir de alimentação e aquartelar as tropas, no decênio de 1770, ficaram com anos de atraso. O assustador aumento das despesas militares, em uma época em que as fontes de receita estavam em rápida contração, aumentou a pressão sobre o tesouro local.

Mas fundamentalmente, a participação de homens de negócios e latifundiários na administração pública no período colonial só funcionava em favor dos interesses do Estado central quando havia coincidência dos interesses imperiais com os locais, e na medida em que a vigilância constante do governo central pressionasse no sentido das prioridades gerais sobre os interesses pessoais e facciosos da oligarquia local. O Estado pombalino, em suas criações administrativas, em ambos os lados do Atlântico, envolvera magnatas locais e negociantes em órgãos do governo, com uma

deliberação que raiava o desvario. Comerciantes e homens de negócios tinham sido atraídos para as seções administrativas da Fazenda Real, feitos delegados da Junta do Comércio de Lisboa, nomeados para as intendências coloniais do ouro, transformados em funcionários fiscalizadores da administração dos diamantes. Até na magistratura eles figuraram: Alvarenga Peixoto, por exemplo, tomou-se um magistrado superior da coroa, com funções judiciais e administrativas em uma zona de que ele procedia e onde era proprietário de muitas terras e minas, além de ter interesses comerciais, contra a prática tradicional da administração portuguesa. Na verdade, foi devido a tais interesses que ele quis o cargo. A participação dos grupos locais no próprio mecanismo governamental não dava como resultado obrigatório o fortalecimento dos vínculos naturais entre metrópole e colônia, que era o corolário implícito do procedimento na opinião de Pombal. Na verdade, sendo divergentes as motivações econômicas, dava-se exatamente o oposto.

Já nos anos da década de 1770, houve uma significativa lassidão no rigor da vigilância da Real Fazenda sobre as Juntas da Fazenda coloniais. Esse estado de coisas teve resultados particularmente danosos em Minas, onde a junta regional era parcialmente responsável pela arrecadação do quinto real da Capitania, anteriormente a mais importante das receitas da coroa, sendo ainda responsável direta pela contratação da arrecadação das substanciais **entradas** de Minas, dos **dízimos** da Capitania e de outras receitas. Pelo fim do decênio de 1770, tinham sido postas de lado, virtualmente, as estipulações da lei de 1750 sobre o quinto, a despeito do contínuo fracasso do intento de completar as 100 arrobas anuais da quota de ouro. Depois de vários esforços mal sucedidos, nos primeiros anos 70, a **derrama** -para completar o montante- jamais fora imposta, embora prevista em lei.

A Junta da Fazenda de Minas não era mais operante em suas outras atribuições: a contratação das receitas da Capitania, principalmente os **dízimos** e as **entradas**. Os pagamentos contratados atrasavam, por anos, em elevada proporção do montante ajustado originalmente, muitas vezes atrasavam até anos depois de vencido o prazo do lançamento oficial. João Rodrigues de Macedo, em 1780, por exemplo, deixava um débito com a Junta da Fazenda de Minas que era uma soma correspondente ao triplo da receita oficial da Capitania e somente um pouco inferior a 17 vezes o valor anual do tributo de sal de todo o Brasil. E Rodrigues de Macedo não era uma exceção. Não é que um sistema bem marcado, concreta e legalmente definidor de responsabilidades, tivesse maior êxito na contenção da fraude, da corrupção e da esquiva às obrigações. O Distrito Diamantino, meticulosamente regulamentado pelas provisões de 1771 e sob direta responsabilidade apenas dos administradores e do tesouro lisboeta, tinha se transformado em próspero

centro de contrabandistas. Seguidamente, se não invariavelmente, os contraventores atuavam com a conivência dos funcionários administrativos e dos militares locais.

Interconexões íntimas e lucrativas entre os abusos do sistema e os emolumentos consideráveis que cabiam aos magistrados e ao governador, em decorrência dos contratos, eliminavam as possibilidades de reformas em nível local. Vacilações e suborno na época da concessão dos contratos eram previsíveis, mas os funcionários da Junta também recebiam consideráveis somas, pelo sistema de propinas, em função dos contratos, tendo-as como contribuições perfeitamente legais a suas remunerações oficiais. O governador de Minas, por exemplo, ganhava das propinas dos vários contratos de Minas uma quantia que alcançava a metade dos seus vencimentos oficiais, e o mesmo se dava com os magistrados membros da Junta.

Além de tudo, o sistema de propinas proporcionava uma cobertura ideal para o suborno e a corrupção, especialmente para homens como João Rodrigues de Macedo, que muitas vezes atuavam como banqueiros do governador e que, invariavelmente, em suas atividades mercantis e negócios em geral, concediam facilidades creditícias aos ministros e funcionários da administração da Capitania. A lassidão da Junta na cobrança das dívidas permitia que homens como João Rodrigues de Macedo usassem tanto os lucros contratuais quanto os montantes devidos em suas próprias especulações, enquanto o controle das receitas alfandegárias, feito por um dos maiores negociantes locais, facilitava a manipulação e a evasão desses tributos em benefício pessoal dos interesses comerciais de tais contratantes.

A profunda alteração experimentada pela economia de Minas Gerais após 1760 também teve efeitos dinâmicos nas relações entre Minas e Portugal. A queda do papel dominante da mineração e a crescente importância das atividades agrícolas e pastoris transformam uma economia predominantemente mineira em uma de supremacia agrícola. Era uma mudança gradual, e essa transformação não significava que qualquer uma delas, a primeira ou a última, jamais tivesse sido excludente em relação à outra. Mas em verdade, o próprio processo de mudança, especialmente no decênio de 80, tinha gerado notável diversificação da economia regional e, embora isso pudesse não ser um fenômeno persistente, durante o último quartel do século XVIII tinha tanta importância que exagerou a diferença entre Minas Gerais e a economia latifundiária do litoral brasileiro.

Os produtos das fazendas rurais de Minas alimentavam o comércio tanto no interior da Capitania como ao longo das rotas dos vales fluviais para

as capitanias vizinhas. Os comerciantes que traziam animais de São Paulo voltavam com algodão, tecidos e açúcar. O contratante João Rodrigues de Macedo, por exemplo, dedicava-se, em Minas, ao comércio de açúcar em grande escala. Sua agência em São João Del Rei, por exemplo, adquiria grandes partidas de açúcar a serem remetidas a Vila Rica e Sabará e vendidas a varejo em suas lojas dessas cidades. Havia intenso comércio interno de cachaça, doces, queijo de Minas, algodão local da zona de Montes Claros e fibras de linho do Rio Grande e do Rio das Mortes. Em São José, nas proximidades, o algodão local era manufaturado, fazendo-se tecido rude para escravos e um produto fino para coberta de mesas. Realmente, muitas propriedades rurais tinham teares, como tantas vezes denunciara o ministro em Lisboa. O vigário de São José, Carlos Correia, tinha um, e também o famoso advogado de Vila Rica, Cláudio Manuel da Costa.

A economia regional mineira, com as suas propriedades rurais horizontalmente integradas, era particularmente capaz de absorver o choque das transformações que vieram após a exaustão do ouro aluvial. Tanto tinha capacidade para corresponder ao estímulo recebido da economia interna quanto do amplo comércio exterior que fluía pela estrada do Rio de Janeiro e que minguou na proporção direta do declínio da produção aurífera. Depois do decênio de 60, qualquer produto local suportava uma comparação favorável com os artigos importados, e a elasticidade da economia regional ante uma catastrófica contração do volume do comércio externo refletiu-se de diversos modos nos dízimos e nas estradas: pois enquanto a queda das últimas é agora notória, os primeiros mantiveram um nível de arrecadação que apresentava poucas mudanças substanciais desde 1750.

As crescentes despesas em artigos de importação tinham contribuído para aumentar as dificuldades dos mineiros, na medida em que acabava a era da exploração barata dos depósitos superficiais e aluviais. Demandas mais complexas exigiam maiores gastos de capital, mais amplo emprego de instrumentos de ferro e aço, assim como uma exploração mais racional e mais científica. O elevado preço do ferro e da pólvora, importados da Europa em condições de intercâmbio desfavoráveis e sujeitos a tarifas proibitivas, pusera os mineradores diante de uma situação em que tudo que era essencial —capital, mão-de-obra importada e instrumentos— tornava-se de obtenção mais difícil, em termos razoáveis. Uma imperiosa necessidade de custos de produção mais baixos forçara os empresários e os burocratas a buscarem substituir as importações por produtos locais: no que dizia respeito ao ferro, ele estava ali, bem perto, ao alcance de mão.

A contradição da década de 80 era transitória, pois, com o tempo, predominaria uma economia agrícola em Minas que debilitaria o foco urbano

do século XVIII e faria com que o poder da singular oligarquia mineira viesse a ser superado pelo dos patriarcas rurais, mais característicos do restante do Brasil. Nem mesmo o regionalismo econômico mineiro e a ânsia de auto-suficiência eram representativos de toda a América portuguesa, especialmente das capitanias do Norte, com a orientação exportadora de suas economias algodoeira e açucareira. Entretanto, o desenvolvimento verificado em Minas na década de 80 era a antítese daquilo que a mentalidade oficial de Lisboa acreditava constituir a função de uma capitania colonial, especialmente a de uma que, por tanto tempo, fora a fonte mais vital da riqueza colonial portuguesa.

A sociedade mineira, portanto, no século XVIII, jamais foi constituída apenas por senhores e escravos, pelo menos no sentido em que tais termos podem ser aplicados às grandes propriedades agrícolas das zonas litorâneas. Em Minas, o povoamento urbano através de cidades plantadas nas montanhas produziu um ambiente diferente e, embora os cidadãos brancos mais ricos mantivessem amplos interesses na mineração e na agricultura das zonas circunvizinhas, a casa da cidade é que era o foco de suas atividades e cultura. Porém, em Minas, o foco urbano e o envolvimento difuso em atividades econômicas múltiplas fizeram com que os valores dos magnatas da capitania fossem algo diferentes, qualitativamente, do espírito patriarcal do resto da colônia. Os magnatas de Minas, de que eram típicos o opulento contratante João Rodrigues de Macedo e o latifundiário Alvarenga Peixoto, ou o advogado de Vila Rica, Cláudio Manuel da Costa, participavam de uma miríade de atividades econômicas e estavam crescentemente vinculados à economia regional de um modo que jamais poderiam estar os grandes produtores de matérias-primas coloniais das demais zonas da América Portuguesa.

Além do mais, a transformação dos órgãos governamentais regionais, fiscais e administrativos em centros concentrados de interesse local fortalecera tal tendência. A Junta da Fazenda de Minas, como uma instituição de grande importância, não era desafiada por qualquer autoridade de nível idêntico. Vila Rica não tinha tribunal superior nem alfândega independente, como as existentes nas capitanias litorâneas, com jurisdições definidas. A Junta de Minas, desde o decênio de 1760, vinha sendo a única responsável pela arrematação dos contratos de maior importância, e nenhum contrato local era arrematado por empresários metropolitanos, embora nas capitanias do litoral houvesse ainda contratos arrematados em Lisboa. Tais fatores, junto com os notórios abusos do sistema, faziam da Junta um órgão no qual eram centralizados os mais poderosos interesses econômicos locais. O resultado era que as preocupações vitais de um homem de negócios português, imigrante, como João Rodrigues de Macedo, ficavam profundamente

enraizados e inseparáveis do ambiente local, de um modo inimaginável por um agente de cidade portuária ou um empresário importador-exportador do litoral.

A situação das dívidas de Minas também era especial: precisamente o oposto da verificada nas capitânicas sulinas. No Rio de Janeiro, a própria Fazenda vice-real era devedora. E isso tinha sido o resultado das grandes despesas feitas durante as campanhas militares contra os espanhóis, nas fronteiras do Sul. Segundo estimativas, dos quatro milhões de mil-réis devidos à coroa em toda a América Portuguesa, em 1781, mais de dois milhões eram dívidas de Minas Gerais. Além disso, Minas jamais se beneficiara com qualquer ganho inesperado que mitigasse a situação dos devedores da coroa da Capitania: após 1720, nunca tinha sido permitido estabelecimento de jesuítas em Minas (salvo como professores do seminário de Mariana), por exemplo, de modo que não houve propriedades jesuítas para cair nos braços da oligarquia local em termos razoáveis, depois da expulsão dos "batinas pretas", em 1759, como acontecera na Bahia, no Rio de Janeiro e, possivelmente, por toda parte. Os agricultores e comerciantes do Nordeste—Pará, Maranhão, Pernambuco — embora individualmente em dívida com as antigas companhias monopolistas, tinham-se livrado do fardo adicional das dívidas contratuais graças à extinção das empresas pombalinas em 1778. E as próprias companhias arrendavam os tributos, sendo elas, não os magnatas, como em Minas, as responsáveis pelos recolhimentos à Real Fazenda. Em Minas Gerais, do montante de quase dois milhões de mil-réis devidos à coroa, quase um milhão eram da responsabilidade de dois homens apenas: Silvério dos Reis e Rodrigues de Macedo.

É também importante salientar que entre os brancos brasileiros emergia, em Minas Gerais, uma elite letrada cada vez mais representativa do caráter próprio de sua sociedade. O grupo de Vila Rica, incorporando pessoas como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, não era o único círculo de homens inteligentes e de pensamentos afins que se encontravam regular e informalmente para discutir poesia, filosofia e os acontecimentos de Europa e das Américas. Grupos semelhantes de advogados e escritores reuniam-se em São João Del Rei e por toda a parte da Capitania, para conversar ou jogar cartas. Os membros do círculo de Vila Rica, pela qualidade de sua poesia e por sua posição, influência e riqueza, situavam-se na cúpula da sociedade de Minas, tendo laços familiares, de amizade ou de interesses econômicos a vinculá-los com uma rede de homens do mesmo nível, embora menos organizados, em toda a Capitania. Em sua qualidade de advogados, juizes, fazendeiros, comerciantes, emprestadores de dinheiro e membros de poderosas irmandades leigas, eles tipificaram os interesses diversificados, mas intensamente brasileiros da oligarquia mineira.

As poderosas forças econômicas que pressionavam empresários e burocratas a se tornarem auto-suficientes, juntamente com o ambiente cultural urbano e o êxito evidente da cultura transplantada em definir suas próprias soluções distintivas nos campos artístico, arquitetônico e musical, eram, em conjunto, os fatores que impeliam até um exilado mineiro, como Silva Ponte, a proclamar, em 1786, que sua pátria tornar-se-ia "*cabessa de grande reino.*" Em 1781, Alvarenga Peixoto manifestou essa forte autopercepção no *Canto Genetliaco*, poema que era uma apologia entusiástica das riquezas, dos homens e das promessas da terra mineira. Comparou os feitos dos mineiros aos de Hércules, de Ulisses e de Alexandre. O transplante da raça portuguesa estava, na opinião de Alvarenga Peixoto, em condições melhores, criando uma grande civilização. E não deixou de mencionar os escravos "*duros e valentes.*" Em uma frase esperançosa, que bem poderia referir-se aos seus demais patricios, o poeta asseverava: "*São dignos de atenção.*"

As condições sociais, econômicas e intelectuais de Minas Gerais, na década de 80, por fim, contradiziam tudo o que o conceito de dependência colonial, então corrente entre os estadistas lisboetas, tinha por axiomático.

E é dentro dessa situação crítica que, depois de anos de negligência, o governo metropolitano, em 1788, completara o que representava uma colossal reavaliação da situação da capitania e de sua administração. As decisões que tomavam corpo nas instruções do governador, o Visconde de Barbacena, representavam uma raiz e um ramo da reforma de todo o sistema tributário, e em termos tão descomprometidos que provocariam inclusive uma reação desfavorável da própria rainha. Ela insistiu com o ministro dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, para que dissesse a Barbacena para não agir com a severidade aconselhada sem primeiro saber se o povo de Minas estava em condições de suportar a derrama; que, quando imposta, fosse dada alguma esperança de que a total submissão seria o mais efetivo meio de conseguir o perdão das grandes dívidas pendentes.

Entretanto, pelo menos em um aspecto fundamental Melo e Castro se enganara, e o resultado de toda a sua política baseou-se em uma presunção equivocada: em momento algum ele admitira, nas instruções ao governador Barbacena, a redução da produção de ouro. Repelira constantemente as alegações de que a Capitania estivesse economicamente "decadente" como sendo subterfúgio pernicioso dos mineiros para mascarar a imensidão do contrabando e da fraude na receita do ouro. Estava certo de que os "abusos" eram os responsáveis pela queda do quinto real. Em conseqüência, o projeto sugerido era contrário a toda a tendência do desenvolvimento de Minas, na década de 80. Melo e Castro queria ver Minas

mais dependente das outras capitanias e, em última instância, de Portugal.

Não havia justificativa para a presunção de que somente a perversidade dos habitantes de Minas Gerais fosse a razão das condições socioeconômicas da capitania, em 1788. Sem contar sua ameaça de fazer cobrar, logo que tivesse encontrado um método adequado, a dívida colossal de 538 arrobas de ouro que vinha de atrasos de quotas não completadas desde 1762.

Certamente as peculiaridades do governo de Cunha Meneses tinham concorrido para o exagero dos abusos e fraudes, fatores que forçaram a reavaliação da política relativa a Minas. Havia, certamente, verdade nas afirmações de Melo e Castro: o alto escalão do funcionalismo fora sensível a interesses pessoais, egoísta e venal. Houvera convivência oficial com contraventores e contrabandistas. Porém, a rejeição sumária de que a economia mineira viesse decaindo há 20 anos —antes de se tornar sensível a crise de produção do ouro, quando as relações entre Portugal, Brasil e Grã-Bretanha se transformavam basicamente em função disso— chega às raias do inacreditável.

Por deliberada decisão política, mesmo os aspectos mais conciliatórios das instruções de Melo e Castro ficaram desconhecidos do povo mineiro. O aspecto público da política portuguesa visava a mostrar uma rígida disposição de cumprir estritamente as leis vigentes. Além do mais, Melo e Castro estava determinado a atacar alguns dos homens mais ricos e poderosos da Capitania, ordenando que não fossem aceitas as explicações apresentadas por eles e que não lhes fosse dado quartel pelos magistrados incumbidos da cobrança das imensas quantias que deviam à Real Fazenda.

A política de Melo e Castro para as colônias tinha chegado assim, em 1788, a uma situação de confronto direto com a oligarquia regional que, direta ou indiretamente, exercera o governo de Minas Gerais. Em verdade, não havia parcela da elite no poder em Minas que não fosse afetada, de um modo ou de outro, pelas instruções de Melo e Castro ou pelo iminente abalo da administração do Distrito Diamantino. E subjacente ao confronto dos grupos de interesse, havia o antagonismo mais profundo entre uma sociedade que cada vez mais adquiria consciência de si e autoconfiança (em um ambiente econômico estimulador da auto-suficiência, em que punha ênfase) e a metrópole interessada na conservação de mercados e no resguardo de um vital produtor de pedras preciosas, ouro e receitas. Na estrutura imperial, esboçava-se um conflito de proporções clássicas. A melhor e mais sucinta síntese da conspiração que resultou, de fato, está contida na carta secreta de Barbacena, de 25 de março de 1789, a seu tio, o vice-rei Luís de Vasconcelos

e Sousa. Ele fora avisado, escreveu, por um dos homens importantes da Capitania, que uma formidável conspiração "entre os poderosos, e magnatas do País" que visava a pôr fim violento ao domínio da coroa portuguesa e a estabelecer um estado livre e independente. Os implicados, observou Barbacena,

"são os mais capazes e próprios que aqui conheço para tão grande maldade. As pessoas de alguma importância ou de maior representação desta Capitania são quase todas devedoras de tudo quanto possuem a Sua Magestade, e só huma revolução destas lhes pode ajustar as contas no conceito dellas, além da vaidade e liberdade que he também a balda de quase todos."

A alienação de membros importantes da elite mineira, em 1788, tinha se originado em circunstâncias muito especiais. As preocupações dos magnatas tinham sido determinadas pela íntima coerência estabelecida entre seus próprios interesses, de um lado, e a economia e as instituições regionais, de outro. As condições econômicas da Capitania, na década de 80, os tinha transformado em uma oligarquia auto-suficiente e localmente enraizada - composta de imigrantes portugueses e naturais da colônia. As disputas e lutas de facção tinham-se concentrado em torno de favoritismos e, em especial, da arrematação dos tributos. Os mandamentos do interesse próprio, disseminados pelos tentáculos de um amplo relacionamento familiar, tinham estabelecido padrões de conflito e de aliança que interpretavam as hierarquias militares, judiciárias, burocráticas e institucionais. O processo era agravado pelo abrasileiramento de uma grande porcentagem de oficiais do corpo de dragões e pela nomeação de homens com interesses e ambições locais para a magistratura. A situação, em si mesma perigosa para o governo português, agravava-se quando os naturais do Brasil percebiam que eram afastados das posições e possibilidades lucrativas durante o governo Cunha Meneses, e quando os que haviam arrematado os direitos e rendas da Capitania tornavam-se devedores da Fazenda Real que lhes impunha, sem maior cerimônia, em 1788, o pagamento imediato de seus enormes débitos atrasados, sob pena de expropriação.

A cronologia e a ideologia da Inconfidência Mineira tinham projetado o movimento em um contexto muito mais amplo. O êxito da revolução americana e o impacto das idéias de Raynal e de outros sobre o Brasil significavam que os magnatas mineiros haviam articulado sua oposição ao domínio português em termos desafiadores do sistema colonial, no sentido mais fundamental. A revolta planejada não se materializara, mas isso não escondia o fato de que um importante segmento do grupo social em que o governo metropolitano devia confiar para exercer seu poder em nível local, em

uma das mais importantes, populosas, ricas e estrategicamente bem situadas capitanias brasileiras, tinha tido o atrevimento de pensar que podia viver sem Portugal: amparados no exemplo dos norte-americanos e nas teorias políticas correntes, os colonos haviam questionado o que devia ser inquestionável. Os conspiradores tinham vacilado em sua disposição, fracassado em alcançar os objetivos propostos, porém tinham alimentado novas idéias. Por mais materiais que tivessem sido seus motivos, os homens de Minas Gerais tinham pensado em fazer uma república livre e independente e, devido a isso, os relacionamentos e crenças do passado tornavam-se profundamente transformados.

Essas circunstâncias combinadas constituem parte da resposta da minha primeira pergunta: por que Minas? A transformação dos órgãos da administração local - especialmente a Junta da Fazenda - em órgãos com bastante poder local, a auto-suficiência da economia regional, a específica e concentrada ameaça apresentada pelo governo de Lisboa em 1788 não só à população em geral, mas também a uma grande parte da elite regional, são, para mim, as dimensões contextuais que fizeram com que Minas estivesse pronta para a revolução - o ambiente intelectual e a qualidade de entendimento político, como também a informação à qual essa elite tinha acesso permitiram a articulação da conspiração que conhecemos hoje como Inconfidência Mineira.

Passo, agora, a minha segunda pergunta - a pergunta sobre a reação dos poderes estrangeiros à conspiração mineira, ou, mais precisamente, os motivos de sua falta de reação.

As devassas demonstravam que conspiradores e seus cúmplices tinham estabelecido contacto com um dos principais articuladores da independência dos Estados Unidos, e talvez com a França e com homens de negócios da Grã-Bretanha.

Que informação tinham esses poderes sobre a Inconfidência Mineira e como reagiram? Aqui também a atenção à conjuntura e à cronologia são básicas para qualquer resposta.

A chegada das notícias da Inconfidência Mineira coincidiram com uma fase crítica das relações comerciais anglo-portuguesas, por exemplo. Entre 1785 e 1790, a balança comercial britânico-portuguesa tinha alcançado quase o equilíbrio. De 1791 a 1795, pela primeira vez no século XVIII, as exportações portuguesas para a Inglaterra apresentavam um saldo sobre as exportações britânicas para Portugal. Desde 1783, e especialmente a partir de 1788, tinha havido um rápido crescimento de reexportação de algodão

brasileiro de Portugal para a Grã-Bretanha. As limitadas fontes supridoras de algodão de alta qualidade tinham transformado o algodão vindo de Pernambuco e do Maranhão em algo particularmente procurado.

Esse balanço desfavorável com Portugal criava uma situação nova para a Inglaterra. *"Até que possamos colocar nossos produtos de algodão e mistos e alguns outros artigos, para equilibrar a balança comercial"*, afirmava o representante britânico em Lisboa, Robert Walpole, *"a diferença terá de ser paga com ouro."* Tão radicalmente tinham mudado os termos de intercâmbio que não só os mercadores portugueses metropolitanos eram forçados a mandar moeda para o Brasil, como os ingleses tinham de mandar ouro para Lisboa. Walpole disse a Lord Grenville, em outubro de 1791: *"Isto pode ser considerado como uma espécie de fenômeno, a remessa de cerca de 10 mil libras, mas é provável que mais seja remetido."*

Agora era a Inglaterra que reclamava reciprocidade, uma inversão de posições que certamente teria encantado o velho e sutil marquês de Pombal, se tivesse vivido o bastante para assistir a ela. A proibição da exportação de produtos britânicos de algodão para Portugal era intolerável para os comerciantes de Glasgow e de Manchester. Como o algodão brasileiro entrava na Inglaterra isento de direitos, os produtos de algodão deviam, na sua opinião, gozar de privilégio igual em Portugal. *"Nem preciso falar-lhe,"* escrevia um comerciante de Glasgów para outro, *"sobre as vantagens que um tal mercado de consumo em Portugal e suas colônias sulamericanas proporcionariam aos industriais deste país, elas são bastante óbvias."* Desde 1786, o Conselho Privado do Comércio inglês tentava chegar a um novo tratado comercial com Portugal.

A proposta para um novo entendimento comercial foi apresentada a Luís Pinto de Sousa Coutinho, em Londres, em setembro de 1786. E, com muito otimismo, Willian Fawkener partiu como representante junto a Lisboa, para negociar o novo tratado juntamente com Walpole. Entre 1786 e 1788, prosseguiram as laboriosas negociações em Londres sobre o relacionamento comercial anglo-luso. Tanto os comerciantes de tecidos como os de vinhos e os fabricantes de produtos de algodão acompanhavam as negociações com profundo interesse. O objetivo inglês era óbvio: substituir e ampliar as estipulações do Tratado de Methuen era uma necessidade, porque o acesso de produtos ingleses garantido por esse tratado era limitado a produtos de lã. Mas essa disposição britânica de conseguir acesso favorável para seus produtos de algodão no mercado luso-brasileiro proporcionava um pretexto natural à atribulada administração lusitana. Em setembro de 1789, apenas quatro meses antes da prisão dos inconfidentes mineiros e seis meses antes da primeira resposta oficial de Melo e Castro à carta da Barbacena, de 11 de

julho de 1789, com detalhes da conspiração para o governo de Portugal, o representante britânico em Lisboa tomou conhecimento de *"relatos de alguns distúrbios no Brasil."* A notícia foi acompanhada por vagas informações sobre fatos e lugares onde se afirmava que teriam ocorrido, de modo que não se podem tirar conclusões seguras, comunicou Walpole a Londres, *"mas os relatos referentes a uma resistência encontrada no interior do país, nas minas, merecem algum crédito, dizendo-nos que o governador foi estimulado a tentar aplicar..."* Em outubro, ele informava que *"pelos navios chegados ultimamente sabe-se ter havido algum descontentamento local, embora não tenha chegado ao ponto dos excessos propalados."*

Walpole não investigou a fundo tais rumores. Sua atenção foi atraída por outros acontecimentos. Em maio de 1789, ele recordou a Luís Pinto, o ministro das Relações Exteriores de Portugal, o projeto do novo tratado comercial anglo-português e a aspiração britânica de *"comércio recíproco."* Em 1790, Luís Pinto mostrou-se particularmente flexível e compreensivo à abordagem do representante inglês. A comissão do Conselho Privado manifestou sua satisfação por *"Mr. Pinto ter-se mostrado disposto a levar tais negociações a uma conclusão, fazendo algumas concessões que até agora os ministros portugueses tinham negado energeticamente."* A nova flexibilidade portuguesa, entretanto, tinha fôlego curto. Em 1791, Luís Pinto voltou apressadamente a sua posição prévia. O governo luso, na verdade, não tinha a intenção de conceder aos ingleses os privilégios que estes queriam. O próprio Luís Pinto, privadamente, considerava que o novo tratado comercial com a Inglaterra poderia ter admitido novos entendimentos comerciais sem enfrentar a mais forte oposição da oligarquia mercantil-industrial poderosamente estabelecida. A Junta do Comércio de Lisboa fora renovada também nessa mesma época; entre seus novos membros, estava o formidável industrialista Jacques Ratton, que considerava ser seu dever concessão à Grã-Bretanha. De modo que parece mais provável que Luís Pinto tenha usado a isca do tratado para arrefecer qualquer interesse do governo britânico na conspiração. Isso se mostrou uma realização diplomática de importância para Portugal, além de hábil, porque em 1790 o governo britânico estava muito interessado em ajudar os revolucionários da América Espanhola, graças à abordagem de William Pitt por Francisco Miranda e os "notáveis" mexicanos. Pitt estava, pessoalmente, bastante inclinado a empregar grandes forças militares no assalto ao império espanhol. A isca do tratado, juntamente com a contínua, embora anacrônica, influência à feitoria inglesa em Portugal, mais os interesses ligados ao vinho e aos tecidos de lã na Inglaterra, impediram fosse reformulada a política britânica em relação a Portugal e ao Brasil, como a mudança do relacionamento econômico o exigia por causa do interesse britânico no algodão brasileiro, e o conhecimento da

existência de um formidável movimento de independência da colônia possivelmente teria provocado em Londres.

Os inconfidentes mineiros não fizeram, aparentemente, qualquer tentativa formal para se aproximar dos círculos oficiais ingleses. Os conspiradores suspeitavam das intenções da Grã-Bretanha: seu nacionalismo e a opinião do Abade Raynal não os predispunham à associação com os embaixadores ingleses ou com fabricantes de algodão de tendência expansionista, apesar dos contatos prévios entre José Álvares Maciel e homens de negócio da Inglaterra. Das cogitações dos inconfidentes parecem ausentes discussões sobre entendimentos comerciais e comércio externo, precisamente o que constituía predominante preocupação dos britânicos.

Por outro lado, sua atitude em relação à nova república da América do Norte não sofria a influência de tais limitações, pois eles a viam como um exemplo e esperavam que fossem por ela apoiados. E o governo dos Estados Unidos soube, de antemão, da revolução brasileira em preparo. Porém, os brasileiros tinham se equivocado quanto às prioridades da nova república do Norte: assim como a Inglaterra, os Estados Unidos queriam ansiosamente um tratado de comércio com Portugal. Jefferson e Adams, em abril de 1786, tinham negociado e assinado um tratado com Luís Pinto, em Londres. A nomeação de Luís Pinto como Ministro de Negócios Estrangeiros foi encarada por Jefferson como um auspicioso sinal, e ele escreveu de Paris, em março de 1789, que *"as negociações podem ser reencetadas com êxito se nosso governo quiser...Pessoalmente, penso que eles têm interesse em afastar-nos da tentação de cooperar na emancipação de suas colônias..."* Jefferson foi mais profundo do que Walpole na apreciação das dimensões do problema relacionado ao tratado comercial, sendo óbvio que considerava os interesses imediatos dos Estados Unidos mais bem servidos por um entendimento com a metrópole do que por uma arriscada aventura na América do Sul. Os Estados Unidos estavam mais interessados em comerciar com a metrópole do que com as colônias: na necessidade de arroz e de cereais em que estava Portugal, Jefferson viu um mercado para a produção da América do Norte, particularmente a produção de seu estado natal, Virgínia. Os Estados Unidos, de fato, designaram como o seu primeiro emissário a Lisboa o coronel David Humphreys, um sócio de George Washington, em fevereiro de 1791.

O desejo norte-americano e inglês de conseguir concessões comerciais de Portugal e o otimismo de ambos os governos, vendo a possibilidade de chegar a tais entendimentos devido à nomeação de Luís Pinto para Ministro do Exterior, deram a Portugal preciosa iniciativa diplomática no período de 1789-91. E tornou os dois governos, o inglês e o norte-americano, insensíveis e destituídos de curiosidade no tocante aos

acontecimento mineiros.

Houve outro fator a participar da situação: a França. Pelo fim de 1789, a atenção da Europa concentrava-se em Paris. Felizmente para os portugueses, a Inconfidência de Minas, as prisões e julgamentos dos implicados podiam passar despercebidos do resto do mundo. Rumores sobre uma possível invasão francesa tinham circulado entre os inconfidentes, mas eles se referiam à França do velho regime. A chegada das notícias da Inconfidência a Lisboa coincidiu com novidades sobre o crescente alvoroço revolucionário francês. A 17 de setembro de 1789, quando Robert Walpole comunicou os boatos de perturbações em Minas Gerais a Londres, também observou que *"esta corte proibiu o redator da Gazeta Portuguesa de divulgar qualquer outra notícia sobre os atuais problemas franceses..."* O interesse nos negócios de Portugal era tão diminuto, em relação aos da França, que esta dominava o noticiário da Europa, entre 1790 e 1792, a ponto de o *Annual Register* de Londres não ter publicado, nesse período, uma só informação sobre Portugal.

Além disso, a contínua escalada de violência na França, no período de 1789-92, servindo para afastar as atenções da América Portuguesa, também afetava profundamente o pensamento dos funcionários lisboetas que decidiam os destinos dos inconfidentes. O movimento de Minas foi concebido anteriormente à Revolução Francesa, de que não tinha conhecimento, mas aqueles que tratavam de suas conseqüências tinham a revolução na França no primeiro plano de seu raciocínio. As devassas demonstravam a influência de escritores franceses sobre os inconfidentes, e já no fim de 1789 havia leis contra *"a incrível proliferação de livros libertinos e escandalosos"*, muitos dos quais encontrados nas bibliotecas dos inconfidentes presos.

Além disso, o impacto da Revolução Francesa teve uma conseqüência muito significativa para Minas. O relatório do processo judicial, com sua minuciosa e confusa versão dos acontecimentos, chegou a Lisboa no fim de junho de 1790. As decisões principais sobre Minas foram tomadas em setembro e outubro de 1790. A contínua escalada de violência na França, no período de 1790, afetava profundamente o pensamento de funcionários lisboetas que decidiam os destinos dos inconfidentes. E foi precisamente nesse momento que foram determinadas e estabelecidas as linhas gerais da sentença. A 15 de outubro de 1790, uma carta régia secreta foi destinada ao presidente da Alçada. A carta régia secreta visava claramente — e somente, — ao Alferes Silva Xavier. Nesse contexto, Tiradentes parecia como vítima da reação contra a Revolução Francesa; e a cronologia da Inconfidência em relação aos acontecimentos internacionais deve entrar em qualquer explicação do julgamento teatral e a celebração ritual e pública do

enforcamento do Tiradentes em abril de 1792.

Abstract: *History of Inconfidência Mineira: international dimensions.* *The author poses two questions which, according to him, are frequently asked but remain unanswered: why did the best articulated movement of resistance to the colonial system take place in the province of Minas Gerais, and not elsewhere? Why did such a significant challenge to that system draw so little attention from foreign countries, some of which were aware of the insurrection? This paper answers such questions presenting reasons the author finds for the two facts.*